



Formas de socialização dos indígenas Xavante com deficiência na aldeia Namunkurá: uma breve história*

Luciana Moura de Carvalho**

Introdução

O Estado Brasileiro, por meio de dispositivos jurídico-administrativos, tem buscado garantir a socialização de pessoas com deficiência junto a todos de sua comunidade, visando sua inclusão na rede regular de ensino, direito assegurado por lei. No Decreto nº 3.298 de 1999, por exemplo, a legislação brasileira caracteriza as pessoas com deficiência como sendo:

[...] aquelas que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual, ou sensorial, os quais, em interseção com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas. (BRASIL, 1999)

Em continuidade, o artigo 3º considera a deficiência como:

[...] toda perda ou anormalidade de uma estrutura ou função psicológica, fisiológica ou anatômica que gere incapacidade para o desempenho de atividade, dentro do padrão considerado normal para o ser humano. (BRASIL, 1999)

A inclusão de pessoas com deficiência na sociedade é, de certo modo, recente na educação brasileira (GOMES, 2006; BARBOSA, 1998) e continua configurando como grande desafio a ser enfrentado pelos profissionais de diversas áreas de atuação. Nesta perspectiva, propomos com esta pesquisa entender como ocorre as formas de socialização dos indígenas Xavante com deficiência dentro de sua aldeia. Desse modo, iremos tratar tal questão a partir de um estudo de caso baseado em pesquisa realizada entre a etnia Xavante, na aldeia Namunkurá, localizada no estado do Mato Grosso.

Em entrevista realizada com o cacique Simão Butsé, constatamos que esta aldeia foi fundada em 1965, pelo então cacique Mário Juruna e alguns de seus irmãos que,



juntamente com 60 pessoas da mesma família se instalaram naquela localidade. Todos vieram da aldeia São Marcos para ocupar as terras desta região e, assim, deram início ao processo de formação da aldeia. No momento, a população da aldeia Namunkurá é de, aproximadamente, 550 indígenas, conforme os dados obtidos no Posto de Saúde Indígena da aldeia polo da aldeia São Marcos que também atende as aldeias da micro região da aldeia Namunkurá. Antes do início de suas atividades políticas, Mário Juruna passou a função de cacique para seu irmão Simão Butsé.

A energia elétrica foi instalada na aldeia Namunkurá por meio do programa de governo “Luz para todos”, no fim de 2015. A primeira escola construída na comunidade indígena foi em 1976, sob os cuidados do Sr. Boaventura Tserewamarinwe Tserewa’wa, primeiro professor da aldeia. Segundo a entrevista com o Cacique Simão em 2007 a Prefeitura Municipal de Barra dos Garças com o recurso do Governo Federal construiu a Escola Municipal “Educação Fundamental Indígena Namunkurá (UMRÃTÃWAWÉ).

Pelo fato de ser professora de alunos com deficiência na rede municipal de ensino, em Uberlândia, me chamou bastante atenção as dificuldades enfrentadas pelos indígenas no que se refere às adequações físicas do espaço escolar e a falta de uma formação específica para aqueles que lidam cotidianamente com os deficientes, de forma geral.

Na medida em que discutíamos sobre algumas possibilidades de trabalho o professor Pio alegrava cada vez mais, o que demonstrou a existência de uma demanda local em torno da questão. Confesso que seu encantamento mudou minha trajetória e me motivou a escrever este artigo. Quando conheci o Jacson que tem deficiência física, percebi, no entanto, que o seu comprometimento era menos cognitivo e mais físico.

Acredito, então, que a ideia de escrever este artigo remete em continuá-lo no mestrado pois há muito ainda o que pesquisar sobre as pessoas com deficiência em aldeias indígenas, haja vista a quase ausência de bibliografia sobre este tema.

Primeiras considerações a respeito dos indígenas com deficiência na aldeia Namunkurá



**IV Semana de História do Pontal
III Encontro de Ensino de História**

POLÍTICA, GÊNERO E MÍDIA
na pesquisa e no ensino de História

Universidade Federal de Uberlândia – Campus Pontal
29 de novembro a 02 de dezembro de 2016

ISSN: 2179-5665



Até antes de conhecer os Xavante eu acreditava que aquela sociedade se resumia em um único corpo com unidade absoluta de pensamento, um coletivo coeso sem diferenças internas, o que de certa forma reproduzia os estereótipos construídos na opinião pública, principalmente, pela literatura e pela grande mídia, mas também por intermédio de livros didáticos desatualizados utilizados no ensino fundamental e médio. Com o convívio, no entanto, pude perceber que não é desta forma tão simplista que se organiza uma aldeia. Para os indígenas Xavante há também discordâncias sobre os mais diversos interesses que envolvem a organização de sua sociedade.

A permanência na aldeia e a convivência com diversos interlocutores indígenas da etnia Xavante serviu para demonstrar que uma comunidade indígena não é um todo homogêneo, mas, sim, uma pluralidade mais ou menos integrada de perspectivas diferenciadas. O olhar de uma mulher Xavante, por exemplo, não é o mesmo olhar dos homens. Existem também diferenças de idade e posição social. Essa multiplicidade de perspectivas sobre a cultura Xavante logo mostrou seu reflexo no tema da pesquisa. Ou seja, não só os Xavante possuem as suas próprias formas de conceituar “pessoas com deficiência física e/ou mental” (conceito ocidental), como também existem pontos controversos sobre a questão.

Desta forma, uma das primeiras observações a serem feitas é que - da mesma forma em que nossa sociedade as pessoas com deficiência vivem sob autoridade e custódia do Estado e da família - entre os Xavante, as pessoas com deficiência não participam nas tomadas de decisão do grupo.

Isso, por sinal, levou-me a questionar se as pessoas com deficiência da aldeia eram considerados índios. Vejamos, pois, o que nos responde o indígena Abrão Ahopowe Tsiwari:

O deficiente é considerado índio porque nasceu na aldeia e é filho de índio. Ser índio é o que você vê aqui, é falar a nossa língua, é aprender português – o que é importante –, mas é também saber falar a nossa língua. Nós aqui falamos só na nossa língua xavantes, ser índio é o que você vê na nossa cultura e na tradição, o deficiente com seus pais entendem isso na nossa língua (Diário de campo, aldeia Namunkurá, 08/01/2016, conversa com Abrão).

O indígena Pio Tsinhoropupu, por sua vez, nos esclareceu que:



**IV Semana de História do Pontal
III Encontro de Ensino de História**

POLÍTICA, GÊNERO E MÍDIA
na pesquisa e no ensino de História

Universidade Federal de Uberlândia – Campus Pontal
29 de novembro a 02 de dezembro de 2016

ISSN: 2179-5665



[...] Às vezes é difícil ser índio porque a sociedade dos brancos tem muito preconceito contra eles e, hoje, buscam seus direitos e reconhecimento de que são importantes para história. O deficiente também é índio que nasce aqui, mas ainda não sabemos como trabalhar direito com eles (Diário de campo, aldeia Namunkurá, 08/01/2016, conversa com Pio).

Torna-se evidente, portanto, que o fato de as pessoas com deficiência estarem inseridos na cultura Xavante, seja falando a língua, seguindo os costumes de seus pais e, obviamente, terem nascidos na aldeia, os fazem “indígenas”, ou neste caso, “Xavante”. Outro aspecto que merece ser discutido, aqui, é a interpretação do termo “deficiência” a partir do entendimento do cacique Simão Butsé. Para ele:

[...] antes não existia deficiente né, os índios eram fortes e saudáveis; hoje estão fracos. Depois do contato com o branco é que começou a ter deficiente, antes não tinha. O branco trouxe o sarampo e outras doenças, antes não tinha deficiente (Diário de campo, aldeia Namunkurá, 10/01/2016, conversa com Cacique Simão).

No contexto supracitado, a “deficiência” resulta do contato dos Xavante com o homem branco. Ou, em outras palavras, trata-se de uma “doença dos brancos”, algo que passou a existir somente depois desse contato.

De outra maneira, a indígena Júlia, Agente Indígena de Saúde (AIS) e tia do adolescente Jacson, atribui à vontade de Deus as causas da deficiência de seu sobrinho:

Se Deus quis assim, é por isso que ele é assim. Só Deus sabe o porquê. O Jacson precisa de ajuda, né? Ele não anda né, é assim... precisa de ajuda do governo (Diário de campo, aldeia Namunkurá, 12/09/2015, conversa com Júlia).

Notemos que a deficiência, no entendimento de Júlia, reflete a influência da cultura cristã na aldeia, provavelmente advinda do evangelismo católico pelo qual eles passaram e continuam a ser influenciados.

Daí, provavelmente, a interpretação de deficiência como um “castigo”, “providência” ou “provação” divina. É interessante perceber que o indígena com deficiência é visto como uma pessoa “doente”, mas também como alguém que foi “amaldiçoado”, o que nos remete ao imaginário católico-cristão, onde predomina a noção de “pecado” e de “punição divina”. Percebe-se, desta forma, que a “deficiência” surge como um problema ou questão oriunda da história de contato com o homem



branco. Contato esse inicialmente mediado pelos missionários que atuaram entre os Xavante na década de 1960.

A socialização dos indígenas com deficiência na aldeia Namunkurá

Algumas abordagens antropológicas que foram apresentadas durante o curso de especialização indígena me auxiliaram na busca de uma melhor compreensão sobre o tema abordado aqui.

Na primeira visita a esta aldeia eu pretendia trabalhar somente com as crianças com deficiência. Na segunda visita, porém, pude perceber que havia pessoas com deficiência de diversas idades. Neste momento optei por ampliar a pesquisa também para os adultos com deficiência. Melhor fundamentada, refiz o levantamento e encontrei a seguinte situação: Jacson, com 15 anos de idade, é deficiente físico e mental; Fidélis, com 36 anos, Deficiência relacionada a Encefalopatia; Oscarzinho, com 22 anos, tem a doença de creatinismo hiporádico (sem tireoide); Vasconcelos, com 33 anos, é Deficiente Mental; Siruza, com 9 anos, tem meningite, o que a deixou com deficiência física permanente.

Todos aqui mencionados durante as relações cotidianas, a língua materna é facilmente compreendida entre as pessoas com deficiência, somente a língua portuguesa é de difícil compreensão.

É importante mencionar também que dentre os indígenas citados anteriormente, o Onofre sempre participa dos cantos da aldeia. De modo contrário, Jacson tem limitação física, não consegue andar. Ele possui limitações cognitivas devido à meningite. De modo geral, ele quase não brinca com outras crianças e se arrasta dentro da oca a maior parte do tempo. Ao ser abandonado pela mãe, Jacson continuou a morar com os avós que já são idosos.

Fidélis é uma pessoa com deficiência por conta da encefalopatia hepática¹, doença mental e que por sua vez não o impede de ser um jovem bem ativo e participativo na comunidade. Ele realiza tanto tarefas domésticas quanto as de ir para roça ajudar seus pais. Neste estudo inicial não tive tempo para aprofundar o



**IV Semana de História do Pontal
III Encontro de Ensino de História**

POLÍTICA, GÊNERO E MÍDIA
na pesquisa e no ensino de História

Universidade Federal de Uberlândia – Campus Pontal
29 de novembro a 02 de dezembro de 2016

ISSN: 2179-5665



mapeamento inicial desses arranjos sociais sobre indígenas Xavante desempenharem atividades domésticas, algo que pretendo fazer um estudo mais aprofundado, no âmbito de um mestrado acadêmico.

Quanto ao Oscarzinho, doente por conta do hipotireoidismo²-apesar de sua deficiência de ser mental e não física, percebi que ele andava livremente pela aldeia, correndo de um lado para o outro ao longo do dia. Por isso, não frequenta a escola de maneira regular e sua participação nas atividades cotidianas não é restrita ele escolhe o que quer fazer.

Já a Siruza, uma criança cuja a deficiência impede parte dos movimentos de suas pernas, não participa de forma efetiva das atividades na aldeia. Os seus pais a deixam brincar com o propósito de desenvolvimento de sua mobilidade e coordenação.

Vasconcelos tem deficiência mental, ou seja, não tem nenhuma limitação física, está sempre presente em algumas atividades da comunidade, porém, tem dificuldades de se relacionar. O Jovem está sempre sozinho e as vezes olha o movimento da comunidade da porta de sua casa, sempre acompanhado de seus pais, que já são idosos demais para trabalhar na roça. Vejamos, pois, o que nos responde o indígena Sr. Boaventura Tserewamariwe Tserewawa:

É bom ver como você fala com eles entende eles abraça conversa eles precisam isso, sabe falar com eles, isso é bom de ver hoje precisamos entender mais eles para eles participarem, o Vasconcelos sempre sozinho, acompanha pais na roça, os pais decidem né pra ele (Diário de campo, aldeia Namunkurá, 14/01/2016, conversa com Sr. Boaventura).

Ao analisar o relato acima, notamos que os indígenas com deficiência estão inseridos na comunidade sob a responsabilidade de seus pais, que decidem sob a participação ou não em diferentes atividades e rituais que se fazem presentes na aldeia. É importante, pois, rompermos a barreira que nos distancia do outro e entendermos que as pessoas com deficiência são capazes de desenvolver muitas atividades, mesmo com algumas limitações.

A questão da inclusão dos estudantes com deficiência, na aldeia Namunkurá, ainda precisa melhorar. É desejo do diretor da escola indígena, por exemplo, que haja de forma mais efetiva um rompimento dos preconceitos da parte de alguns professores por não saberem lidar com as questões relacionadas à deficiência. Inclusive, é importante



**IV Semana de História do Pontal
III Encontro de Ensino de História**

POLÍTICA, GÊNERO E MÍDIA
na pesquisa e no ensino de História

Universidade Federal de Uberlândia – Campus Pontal
29 de novembro a 02 de dezembro de 2016

ISSN: 2179-5665



notar que esse “estranhamento pedagógico” também é muito comum nas escolas públicas e privadas existentes nos centros urbanos e rurais.

Porém, de acordo com o resultado do questionário aplicado a 10 professores que trabalham na aldeia Namunkurá, verificamos que, contraditoriamente à fala do diretor da escola, todos eles afirmaram nunca terem presenciado nenhum tipo de preconceito com os indígenas com deficiência. Além disso, foi consenso entre todos os professores que a inclusão da pessoa com deficiência deve acontecer na aldeia e em sala de aula. Por outro lado, nenhum professor indígena participou de discussões concernentes à deficiência.

Considerações finais

O nosso propósito ao longo desta pesquisa foi o de compreender as diferentes maneiras de socialização dos indígenas com deficiência no cotidiano da aldeia Namunkurá, sem julgamentos que os comparassem à concepção ocidental. Se, por ventura, isso ocorreu, foram incoerências do meu pensamento e de minha análise.

A constatação de que os indígenas com deficiência não estão totalmente integrados no cotidiano da aldeia Namunkurá nos deixa uma série de inquietações para continuarmos este estudo. A socialização dos indígenas Xavante dentro da aldeia, colabora para desfazer o imaginário simplista de que a pessoa com deficiência na escola só existe nos meios urbanos. Para complementar, veja o que relata o Sr. Boaventura:

[...] Deficiente é difícil que se chamava Petronília, hoje. Foi nascida deficiente a primeira coisa não era deficiente ela era que a gente cuidava muito dela, Petronília era só ela. A primeira coisa que eu cuidava quando o horário de merenda, intervalo eu atendo primeiro ela porque a gente sabe respeitar o deficiente o trabalho meu era assim, primeiro atendia ele quando estava no período de férias Julho a gente dava um pedaço de carne, pedaço de frango para ela levar pra mãe, pra família pra ela almoçar em casa porque ela não aguentava cuidar tudo, na escola que a gente lecionava no horário do período é assim, então é a gente assim não, é difícil ver ela dançar, cantar, gostava muito dela primeira coisa que como não era formado né, eu formado em Ciências Sociais antropologia mas eu entendo como é sociedade indígena então respeitar ela arrumar os primeiros pra ela pedaço de alguma coisa, comida cuidar primeiros, depois eu os colegas dela vem receber as merenda [...]a comunidade gostava muito dela tia, familiares e comunidade ajudava alguns traz peixes pra ela, comida, melancia todas as faturas que a



**IV Semana de História do Pontal
III Encontro de Ensino de História**

POLÍTICA, GÊNERO E MÍDIA
na pesquisa e no ensino de História

Universidade Federal de Uberlândia – Campus Pontal
29 de novembro a 02 de dezembro de 2016

ISSN: 2179-5665



comunidade produzia[...] (Diário de campo, aldeia Namunkurá, 09/01/2016, conversa com Boaventura Tserewamariwe Tserewa'wa).

E diante das colocações do Sr. Boaventura se faz necessário aprofundar as questões de pessoas com deficiência nas aldeias indígenas. Percebe-se, a partir deste relato, que os professores Xavante se preocupam em fornecer cuidado especial aos deficientes, reconhecendo, desta forma, a sua singularidade. Existe, portanto, a consciência de que o modo de ser Xavante das pessoas com deficiência não só exige regras e princípios de tratamento e socialidade diferenciados, como também envolve uma concepção Xavante de “cuidado”.

A observação do cotidiano das pessoas com deficiência também demonstrou que sua integração na comunidade depende, em grande medida, das limitações físicas ou mentais oriundas da sua enfermidade. Isso ocorre porque cada deficiência acarreta limitações cognitivas ou físicas diferenciadas, exigindo cuidados específicos. Não estamos diante de uma concepção unitária da “deficiência” – assim como não podemos falar de um “tipo” único de “deficiência”, mas, sim, de uma multiplicidade de formas de deficiências, de uma multiplicidade ontológica que também se revela em outras áreas da cultura Xavante.

A interpretação nativa de que a “deficiência” teria surgido junto com o contato com o homem branco também é um forte indicativo de que a indigenização Xavante da deficiência – um processo complexo ainda em curso e do qual, inclusive, este estudo faz parte – integra um conjunto mais amplo de práticas de predação da alteridade. Nesse sentido, não é uma surpresa que sejam os professores Xavante – e o espaço da escola e, agora, com a minha pesquisa, da Universidade – que estejam à frente da invenção de uma nova forma de pensar a relação do mundo do branco. Com isso o “a pessoa com deficiência” (físico ou mental) – assim como as concepções Xavante de deficiência e as respectivas práticas de cuidado e atenção – fornece um campo de relação com o discurso biomédico ocidental, o Estado e outros agentes da sociedade nacional. O que vemos, portanto, é a formação de uma rede em torno das controvérsias associadas à deficiência, uma rede que inclui também este estudo e outros já realizados, assim como agentes de saúde, os professores Xavante, os missionários católicos, funcionários da FUNAI, lideranças Xavante e, de uma forma geral, as instituições de intervenção



biomedical e o próprio discurso da biomedicina e suas formas de concepção das “deficiências” mentais e físicas.

Finalmente, concluímos com a grande descoberta diante do relato supracitado de como era tratada a pessoa com deficiência. Desde a década de 70 os Xavante tinham a preocupação de cuidar da pessoa com deficiência e isto não consta em nenhum outro relato segundo minha revisão bibliográfica, ou seja, estão à frente da sociedade ocidental já a muitos anos, partindo do pressuposto de que precisamos de leis para fazer cumprir alguns direitos humanos, e que para os Xavante da aldeia Namunkurá isto é normal em sua cultura. Neste contexto, achamos que a experiência vivida em campo na aldeia Namunkurá, em parte contribuiu para que retomemos um estudo mais aprofundado sobre o tema deste trabalho.

Referências bibliográficas:

ARANHA, M. S. F. Inclusão Social e Municipalização. In: *Novas Diretrizes da Educação Especial*. São Paulo: Secretaria Estadual de Educação, 2001.

BRASIL. Lei no 9.394, de 23 de dezembro de 1996. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. Brasília: Ministério da Educação e do Desporto, 1996.

_____. Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999. Regulamenta a Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 21 dez. 1999.

_____. Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 07 jul. 2015.

GOMES, C.; BARBOSA, A. J. G. Inclusão escolar do portador de paralisia cerebral: atitudes de professores do ensino fundamental. *Revista Brasileira de Educação Especial*, Marília, v. 12, n. 1, p. 85-100, jan./abr. 2006.

MAGALHAES, Marly Augusta Lopes. Educação indígena em contextos urbanos dos municípios de Barra do Garças, Pontal do Araguaia e Aragarças: desafios de novos tempos. *Polifonia*, Cuiabá, EDUFMT, n. 17, p. 203-213, 2009.



**IV Semana de História do Pontal
III Encontro de Ensino de História**

**POLÍTICA, GÊNERO E MÍDIA
na pesquisa e no ensino de História**

Universidade Federal de Uberlândia – Campus Pontal
29 de novembro a 02 de dezembro de 2016

ISSN: 2179-5665



QUEM são eles? Direção de Vicente Carelli. Produção de Juliana Berni e Beth Formaggini. [s.i.]: Tv Escola e Vídeo nas Aldeias, 2004. (18 min.). Série Índios no Brasil. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=iZuFu004o1k>>. Acesso em: 11 jul. 2015.

SANTANA, Sirlândia. Imagem e autoimagem da pessoa com deficiência na comunidade indígena: um estudo da etnia Tupinambá em Olivença – Ilhéus – Bahia. *Revista Ibero-americana de Estudos em Educação*, v. 6, n. 3, p. 102.114, 2011.

XAVANTE. Povos Indígenas no Brasil. Disponível em: <<http://pib.socioambiental.org/pt/povo/xavante>>. Acesso em: 05 fev. 2016.

* Este trabalho é resultante de uma pesquisa desenvolvida sob a orientação do Prof. Dr. Diego Soares da Silveira – INCIS/UFU. E-mail: <soares2br@yahoo.com.br>.

** Graduada em Pedagogia pela Universidade Católica de Uberlândia; especialista em Culturas e História dos Povos Indígenas pela Universidade Federal de Uberlândia. E-mail: <professoralucianamoura@gmail.com>.

¹ Encefalopatia hepática é uma perturbação pela qual a função cerebral se deteriora devido a altas quantidades de substâncias tóxicas proveniente da alimentação presentes no sangue- substâncias estas que deveriam ter sido eliminadas pelo fígado.

² Hipotireoidismo é o resultado da deficiência do hormônio da tiroide o bebê nasce sem a tiroide. Os bebês crescem mais lentamente.